

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 34ª
(TRIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA CARREIRA DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL.
DE 26 DE ABRIL DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Liliane Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 32ª Sessão Ordinária;
- Ata de 33ª Sessão Ordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.505, de 2018, de autoria de vários Deputados, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 26 de abril de 2018, fica

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

transformada em comissão geral para debater os problemas enfrentados pela carreira da assistência social.

A Presidência declara suspensa a presente comissão geral, até que os convidados possam adentrar este plenário, bem como peço à segurança da Casa que libere a entrada dos convidados.

(Suspensa às 15h03min, a sessão é reaberta às 15h35min.)

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a nossa Comissão Geral.

Eu quero agradecer a presença de todos na nossa Casa. Esta Comissão Geral foi definida e decidida no Colégio de Líderes da segunda-feira, com a presença dos representantes do sindicato e dos Deputados. O Deputado Chico Vigilante, então, pediu que eu fizesse uma consulta, se era possível transformarmos a sessão já nesta quinta-feira. Quer dizer, na segunda, nós decidimos transformar a sessão ordinária numa comissão geral para debatermos esse assunto, no sentido de que tivéssemos decisões muito objetivas, claras, de ação para dirimir esse processo todo, levando em consideração que a greve já dura mais de cinquenta dias.

Então, nós fizemos os contatos com o governo, com as secretarias que compõem a governança mais a SEDESTMIDH – Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Então, esse é o trabalho que a gente vai desenvolver.

O Deputado Chico Vigilante é o proponente da comissão geral juntamente comigo, mas vários outros Deputados estão acompanhando para que tenhamos uma questão muito objetiva.

Eu gostaria de chamar para compor a mesa o Presidente do Sindisasc – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF, Sr. Clayton de Souza Avelar.

E eu não estou falando só da Sedestmidh. O sindicato que atua também na questão da criança etc.

Já compõe a Mesa conosco o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, para que possamos dar início.

Eu fiz uma sugestão, falando há pouco com o Presidente do Sindicato, levando em consideração... Há alguém da Sedestmidh aqui, que tem... (Pausa.)

Convido também, para compor a Mesa, o Sr. Bernardo de Castro Soares, Subsecretário de Administração Geral da Sedestmidh, neste momento representando a Secretária Ilda Ribeiro Peliz.

O que eu estava falando... Como temos aqui apenas o representante da Sedestmidh, nós trabalharemos de uma forma bastante objetiva no sentido de tirarmos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

daqui algumas decisões do que vamos efetivamente fazer para chegarmos nesse processo de uma definição do governo na direção da solução dos problemas que hoje enfrentamos. E aí a pauta já está colocada há bastante tempo.

Nós vamos buscar conversar com a governança para trazermos a solução para todos os servidores e, especialmente, trazendo a solução para os servidores, a solução para o cidadão.

Então, vamos iniciar a fala dos membros da Mesa bem sucintamente. Depois vou abrir o uso da palavra. Mas vamos aqui, objetivamente, fazer alguns encaminhamentos para que possamos, dentro do prazo adequado, conseguir algumas respostas efetivas.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para suas considerações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Boa tarde a todas e a todos.

Nós temos uma situação muito concreta que é a paralisação de vocês. A direção do sindicato procurou a Câmara Legislativa.

Conforme já disse o Presidente Deputado Joe Valle, na reunião do Colégio de Líderes, nós propusemos esta comissão geral, que é quando se transforma a sessão deliberativa em comissão para debater um assunto urgente, premente na cidade, que é essa situação de vocês. É uma situação que não é simplesmente dos servidores, é uma situação que atinge a população mais pobre do Distrito Federal, exatamente aqueles que não têm voz nem vez na sociedade. E eu tenho dito que muitas vezes o único braço do Estado que chega lá são vocês, com toda dificuldade que vocês enfrentam.

Eu estava pensando hoje... Nós sabemos que foi privatizado o sistema de cemitérios do Distrito Federal. Portanto, imaginem a situação das famílias pobres que sequer têm com o quê pagar um sepultamento para um familiar, porque está caro demais no Distrito Federal por causa da privatização, e têm que correr e procurar vocês para que possam dar uma destinação digna àquela pessoa depois que morreu. A verdade é que, no Distrito Federal, hoje, a gente tem dificuldade para nascer, tem dificuldade para viver e tem mais dificuldade ainda para morrer. É um problema muito sério, acho que se o Raul Seixas estivesse vivo ainda, Deputado Joe Valle, ele faria uma bela poesia a respeito disso.

Portanto, essa paralisação de vocês não pode ser tratada como uma paralisação qualquer. Não pode! Por isso que nós convocamos essa comissão geral no dia de hoje. A secretaria, que também sofre com isso, veio. Mas nós queríamos aqui a Casa Civil e propusemos que a Casa Civil viesse. E não adianta vir dizer que é porque foi chamada 24 horas antes porque não foi. Chamamos a Secretaria de Fazenda, a Casa Civil e a Secretaria de Planejamento, que são quem decide. A Sedestmidh executa, mas quem decide são elas, que é a tal da governança criada.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Ontem eu falei para o Secretário de Assuntos Parlamentares, que é o José Flávio: "Olha, é fundamental o comparecimento". E disse mais, disse que vocês iriam acompanhar a reunião aqui e que ninguém aqui vinha para vaiar ninguém, mas que a gente vinha para encontrar uma saída, não queríamos... E não vieram! Sei que tem um ofício do secretário dizendo que já tinha uma agenda acertada antes, e eu pergunto: o que é mais urgente no Distrito Federal hoje do que resolver esse impasse? Para mim não tem nada mais urgente do que isso aqui. O problema é que, quando é para atender o andar de cima, aí todo mundo se preocupa, né? Quando é para atender a base da pirâmide, que são vocês que atendem, aí um dia, outro dia, mais um dia e não tem problema.

Portanto, Deputado Joe Valle, eles não vieram, e do meu ponto de vista não vieram porque não quiseram, o que considero um desrespeito. Não são vocês que estão sendo desrespeitados, é o Poder Legislativo que está sendo desrespeitado neste momento! Que viessem aqui dizer que não podem atender, mas que viessem. Que chegassem aqui e colocassem as dificuldades que têm, mas viessem. Não dá para ficar desse jeito.

Portanto, hoje, ao final desta comissão geral, nós vamos tomar algumas medidas. Eu sei que V.Exa. vai propor medidas e, em propondo, tenha em mim quem vai ajudar vocês a executar, que é o que a gente precisa que seja feito aqui no Distrito Federal. (Palmas.). Acho que a independência entre os poderes existe, mas a harmonia é fundamental, e, para ter harmonia, temos que ser tratados com respeito, e é um desrespeito eles não terem comparecido.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Tenha certeza absoluta de que precisamos de medidas objetivas. Paliativos a gente já tentou, já conversou, agora precisamos de medidas objetivas.

Concedo a palavra ao Sr. Bernardo de Castro, Subsecretário de Administração-Geral da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

SR. BERNARDO DE CASTRO – Primeiramente, boa tarde; boa tarde, Presidente; boa tarde, Deputado; boa tarde, Clayton; boa tarde, colegas da Sedestmidh.

A Secretária Ilda me convocou para estar presente porque ela tem uma audiência agora no Ministério da Saúde para ver alguns pontos com o Ministro, que a convocou. Por isso eu estou representando a Sedestmidh aqui nesta Câmara Legislativa.

Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra agora ao Sr. Clayton Avelar, Presidente do Sindsasc/DF.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

SR. CLAYTON AVELAR – Boa tarde, Presidente Joe Valle, Deputado Chico Vigilante, Subsecretário Bernardo, queridos e queridas colegas da assistência social, essa categoria que está em luta e, acima de tudo, neste momento, defendendo a assistência social e a dignidade do servidor e da servidora pública, porque o Governo Rollemberg, desde que assumiu, transformou o servidor e a servidora em seu principal inimigo e tem nos combatido de forma bastante violenta. Um bom exemplo disso foi uma circular assinada pelo Subsecretário Bernardo, que está aqui presente, no início da nossa greve. (Palmas.)

Deputados, a nossa greve hoje completa 56 dias. Nós não entramos em greve por escolha, entramos em greve, na verdade, por falta de opção.

Eu vou ler aqui o Termo de Acordo nº 3/2016, que foi assinado no dia 19 de dezembro de 2016. Nesse termo de acordo, está escrito na Cláusula 2ª: “O Governo do Distrito Federal se compromete a: 1 – publicar autorização do concurso público para a carreira da Assistência Social até 28 de fevereiro de 2017”.

Isso não foi feito! Só agora, depois que entramos em greve, depois que o governo tentou quebrar a nossa greve de todas as formas e não conseguiu, é que recebemos uma última resposta do GDF de que vai, até o final de maio, publicar a autorização para o concurso público. Quando entramos em greve, isso não estava sendo cumprido.

Está escrito aqui que o GDF vai apresentar, em até sessenta dias, uma proposta de instrumento legal para regulamentação da escala 24 por 72. Isso foi assinado no dia 19 de dezembro de 2016 pelo secretário Sérgio Sampaio e por mim mesmo. É o Termo de Acordo nº 3, que foi inclusive publicado no Diário Oficial. Esse Item nº 2 não foi cumprido.

No Item nº 9 deste termo de acordo, está escrito: “Reiniciar na primeira semana de fevereiro de 2017 as negociações referentes aos demais itens da pauta de reivindicação do Sindsasc que tenham impacto financeiro, a saber: a terceira parcela do reajuste, o retroativo, a tabela horizontal, o reajuste do auxílio-alimentação e licenças-prêmio convertidas em pecúnia a quem se aposentar em 2017”. Esses três itens são sumamente importantes: a regulamentação da escala 24 por 72, que existe informalmente; o reajuste que nos foi concedido pela Lei nº 5.184, que não foi cumprido pelo GDF; e por fim o concurso público.

Ao longo do ano de 2017 – eu ressalto que tudo isso aqui deveria ter sido cumprido a partir de fevereiro de 2017, portanto há um ano e dois meses – nós procuramos o GDF. Temos quilos de ofícios que foram protocolados na Casa Civil, na Seplag, na Sedestmidh, na Secretaria de Fazenda e até na Procuradoria. Esse quilo de ofício foi anexado ao nosso projeto, no Tribunal de Justiça, contestando a prática antissindical do GDF, quando quis caracterizar a nossa greve como ilegal e abusiva e não conseguiu. Foi depois desse esforço infrutífero, pois o GDF simplesmente se negava não só a apresentar proposta, como também a se reunir com o sindicato, com

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

a representação da categoria... Ao longo de todo ano de 2017, conseguimos ter uma reunião com o governo somente no mês de dezembro.

E no início deste ano, voltamos a conversar, apresentamos novamente a pauta de reivindicações, e a resposta que o governo nos deu foi a mesma resposta que ele deu em 2015, no que se refere ao pagamento da terceira parcela do reajuste. E o próprio governo tem informado que a sua situação financeira de 2018 não é a mesma situação financeira de 2015, de 2016. Já por dois relatórios seguidos, os Parlamentares sabem disso muito bem, melhor do que eu, porque têm acesso ao Siggo, por dois relatórios quadrimestrais seguintes, do ano de 2017, do segundo quadrimestre e do terceiro quadrimestre, o GDF informou que está abaixo do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, não há impedimento algum para que ele honre o compromisso, ou, mais do que honrar o compromisso, que ele respeite esta Casa e coloque como fato, como prática, uma lei que foi aprovada aqui.

Eu concordo plenamente com o que disseram os Deputados Joe Valle e Chico Vigilante: na medida em que o GDF não comparece a esta comissão geral, na medida em que o Secretário de Fazenda não comparece, a Seplag não comparece, a Casa Civil não comparece, eles, que são integrantes da poderosa governança, não estão desrespeitando só a categoria e as mais de cem mil famílias que atendemos, eles estão desrespeitando este Poder, como, na verdade, desrespeitaram também o próprio Poder Judiciário, porque lá atrás, em 2015, o GDF insistia na ineficácia das leis aprovadas por esta Casa, e ele perdeu por dezessete votos a zero no Tribunal de Justiça. Nós estamos aqui vivendo isso.

Protocolamos também uma denúncia na Câmara Legislativa, porque é uma verdadeira afronta ao Estado Democrático de Direito. Nós partimos do princípio de que deve haver divisão e equilíbrio entre os Poderes, e não está havendo no Distrito Federal. O Poder Executivo se sente acima do Poder Legislativo, porque não cumpre leis que são aprovadas aqui. O Poder Executivo se sente acima do Judiciário, porque o Poder Judiciário determina que as leis são eficazes e podem ser cumpridas, mas ele insiste em descumprir.

Não abrimos mão da nossa pauta financeira, porque isso confere legalidade à nossa greve. Para que os Deputados saibam, nós entramos em greve no dia 2 de março e, um dia antes, o Subsecretário, aqui presente, Sr. Bernardo, soltou uma circular orientando as chefias imediatas a cortarem o ponto dos grevistas. Evidentemente, diante dessa ameaça, nós tivemos de reagir, e houve duas reações. Uma, pronta, enérgica e combativa da categoria; a greve aumentou a força em resposta a essa circular. Segunda, tivemos de recorrer ao Judiciário e estamos respaldados já pela segunda instância, e não pela primeira, na pessoa do Desembargador Sérgio Rocha, que nos concedeu uma liminar proibindo o corte de pontos. Depois disso, o Governo do Distrito Federal entrou com duas ações, também no Tribunal de Justiça. A primeira delas para tornar a nossa greve ilegal e a segunda para que fosse revista a decisão do Desembargador Sérgio Rocha. Pois bem, a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

primeira; ele perdeu. O Procurador Camanho negou a liminar ao GDF e a nossa greve está dentro da legalidade, além de absolutamente revestida de legitimidade.

Nós, agora, entraremos com outra ação – Subsecretário, não tome isto como pessoal. Nós iremos denunciar o senhor e a secretária da SEDESTMIDH – Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos por descumprimento de decisão judicial, porque o senhor e a Sra. Secretária Ilda Peliz insistem em descumprir uma medida liminar dada pela Segunda Instância do Tribunal de Justiça proibindo qualquer tipo de retaliação à nossa greve.

Os senhores descontaram o adicional noturno dos nossos colegas e das nossas colegas que trabalham na alta complexidade. Vejam bem, nós, com a máxima responsabilidade, estamos respeitando os 30%. A alta complexidade não deixou de funcionar; óbvio, ela não está funcionando bem, até mesmo antes da greve ela já não estava. Agora, nós estamos respeitando os 30%, fazendo com que as unidades de funcionamento 24 horas continuem funcionando. Mesmo assim, o Subsecretário e a Sedestmidh adotam essa postura de retaliação. É uma prática antissindical, abominável, que será denunciada. Os senhores irão responder na Justiça por descumprimento de decisão judicial. A nossa advogada acabou de nos dizer que entrará com essa ação e que isto está bem tipificado no Código Penal como crime: não cumprir decisão judicial.

Eu encerro reiterando integralmente a proposta que o Deputado Joe Valle e o Deputado Chico Vigilante fizeram, porque o que precisamos mesmo é de medidas objetivas da Casa.

Os Parlamentares sabem muito melhor do que nós o que pode ser feito para que o Poder Legislativo se faça respeitar pelo Poder Executivo. Penso que podem trancar a pauta, não votar nada que seja de interesse do governo, tomar medidas concretas para que o Governo do Distrito Federal acate a nossa proposta de negociação.

Nós sempre estivemos abertos à negociação, nossa posição nunca foi de intransigência. Hoje mesmo, de manhã, a pedido da Secretária Ilda Peliz, na reunião que tivemos na terça-feira com ela, nós protocolamos uma proposta de negociação. De nenhuma forma nós iremos abrir nenhum dos quatorze itens da nossa pauta de reivindicações, mas nós temos abertura, sim, para negociação, desde que os itens sejam preservados, porque eles foram decididos em assembleia e o comando de greve tem de respeitar isso.

Eu falei quatorze itens. Eram treze, Deputado Chico Vigilante e Deputado Joe Valle, mas nós tivemos de acrescentar um décimo quarto, porque, para nossa surpresa, nós tomamos conhecimento de que a Sedestmidh está tentando – já há um documento da procuradoria demonstrando isto – cortar dos nossos aposentados e das nossas aposentadas uma gratificação. Isso é uma afronta ao princípio da paridade. O Temer queria acabar com a paridade, ainda não conseguiu, porque evitamos que ele aprovasse a sua maldita Reforma da Previdência. A Sedestmidh agora está querendo

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

driblar uma legislação federal e tirar dos nossos aposentados a gratificação de política social. Por isso, nós acrescentamos esse item na nossa pauta. Nós não vamos admitir nenhum prejuízo aos servidores, nenhum prejuízo aos aposentados. Nossa greve continua firme e forte enquanto o governo não apresentar proposta concreta de negociação.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Clayton.

O Deputado Chico Vigilante fez uma sugestão, e eu vou acatar, para não mais convidar, e sim convocar. Vamos transformar a sessão da próxima quinta-feira em uma comissão geral para convocar os secretários para participarem conosco. Vamos passar isso ao Colégio de Líderes, mas tenho certeza absoluta, Deputado Chico Vigilante, de que vamos ter sucesso nesse processo.

Temos cinco inscritos. Vamos fazer a fala e depois o encaminhamento.

Vamos chamar agora o Marcos Celso Prado Santana, psicólogo, para fazer uso da palavra por cinco minutos.

SR. MARCOS CELSO PRADO SANTANA – Boa tarde, colegas, Mesa, Deputado Joe Valle, Deputado Chico Vigilante, Bernardo, Clayton. Eu fiquei surpreso. Não esperava ser o primeiro a falar. Quanto tempo eu tenho? Cinco minutos. Já está correndo.

Quando tenho oportunidade de falar, de me expor, sempre gosto de contextualizar as questões. Eu acho que contextualizando, colocando os aspectos históricos, raciocinando, refletindo sobre as questões, temos um pano de fundo maior e melhores condições para pensar em tudo o que está acontecendo.

Darcy Ribeiro tem um pensamento muito conhecido e pertinente para tudo o que está acontecendo hoje no Brasil. Ele dizia que a crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto. Ou seja, já na época de Darcy Ribeiro, ele já tinha o entendimento de que o que é dito como crise, na verdade, não é uma crise, mas um projeto que está acontecendo.

Hoje, tudo o que se fala sobre crise não é algo que está acontecendo por acaso. Há uma intenção, um projeto. Para pensar nisso, na crise como um projeto, é muito interessante, muito ilustrativo, lembrar aquele áudio do Senador Romero Jucá em que ele já falava de tirar a Dilma e de colocar o Michel Temer. “Tem que colocar o Michel. Tem que fazer um acordo com o STF... O Teori Zavascki é muito fechado. A gente tem que resolver”. E tudo o que ele disse ali foi feito, foi cumprido como parte de um projeto.

É interessante a gente pensar nisso, porque a assistência social faz parte desse projeto. É de interesse dos Poderes, tanto federal quanto distrital, que a assistência social seja corroída, que ela não tenha condições de cumprir o seu papel de promoção das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, a fim de parar a ascensão das pessoas, que anteriormente não tinham condições de viajar de avião, que tinham

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

muita dificuldade de comprar um carro e que hoje estão conseguindo isso. É com dificuldade, mas estão conseguindo.

Então, essa crise, na verdade, é um projeto com intenção de parar o desenvolvimento que o Brasil estava tendo e de colocar essas pessoas que estavam ascendendo, que estavam sendo promovidas, entre aspas, nos seus devidos lugares: que o negro que estava tendo o direito de entrar na universidade saísse dali porque não interessa.

A Universidade de Brasília – UnB está passando por uma crise. Não só a UnB, mas várias universidades do Brasil estão passando por uma crise. Essa crise, novamente digo, é um projeto com intenção. Qual intenção? Privatizar, dificultar cada vez mais essa entrada do jovem negro, da periferia, na educação pública de qualidade. Hoje já está sendo dito isto.

Eu, com muita luta, consegui entrar na UnB, e estou fazendo meu mestrado lá. Já estão falando em privatizar a pós-graduação da UnB. Começa-se privatizando a pós-graduação, depois privatiza-se a graduação, e assim vai.

Eu quis falar da UnB porque hoje houve uma manifestação em frente ao Ministério da Educação. Eu estive lá, e a gente foi duramente reprimido. A Polícia Militar colocou a cavalaria contra a gente. Eram poucos estudantes, mesmo assim a Polícia Militar achou que era necessário colocar a cavalaria contra a gente. Que perigo! Nossa, um monte de estudantes! Vão jogar livro em cima da gente! Então, eles colocaram a cavalaria para reprimir. Foi uma repressão brutal, jogaram bombas na gente, prenderam alguns estudantes. Enfim, foi terrível.

Novamente, não é uma crise. É um projeto que está sendo feito na educação, na saúde, na assistência social. É interessante, e a gente precisa se posicionar. Todo aquele que estiver se posicionando ao lado desse governo golpista do Michel Temer, desse governo fascista do Michel Temer, ao lado desse governo também golpista e fascista do Rollemberg, ao lado desses governos aí, está contra a gente, contra os trabalhadores e contra o povo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero agradecer a chegada do Deputado Wasny de Roure, a quem passo a palavra.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Boa tarde aos colegas da Mesa. Quero cumprimentar cada um dos servidores. Esta comissão geral foi uma deliberação do Colégio de Líderes. Nós a encaminhamos conforme conversa que tivemos por ocasião da visita de uma comissão do sindicato. Eu não poderia faltar a esta audiência. Estava na cidade de Sobradinho com uma agenda previamente marcada, cumpri a agenda, e isso permitiu que eu chegasse em tempo nesta audiência.

Eu quero inicialmente manifestar aqui – colegas Parlamentares, servidores – que estamos diante de um cenário extremamente adverso. Se ficamos só em nossas tocas, as políticas públicas, a trajetória do serviço público ficam literalmente

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

abandonadas. Estive em Sobradinho visitando algumas escolas, alguns equipamentos públicos que eu considero da maior importância. Inclusive, senti o reflexo da greve de vocês diante de várias necessidades que há naquela comunidade.

Temos a compreensão de que o governo quer ganhar no cansaço, na gravidade política. Nós temos que entender que há o enfrentamento, a mobilização, mas há também os momentos de diálogo. Esta Casa tem tido o protagonismo do Presidente Deputado Joe Valle, que tem acolhido as demandas da sociedade civil, dos servidores públicos e tem tomado uma atitude de diálogo e de entendimento com o governo para tentar encontrar saídas.

O governo, neste momento, comemora certas realizações, mas não vê os custos, entre eles o custo do não cumprimento da legislação, como o reajuste estabelecido para vocês, aquela parcela final que faltou. Recorreu judicialmente, mas não logrou êxito. Pelo contrário, houve a reafirmação do Poder Judiciário.

Utilizou-se do Instituto de Previdência – IPREV como forma de dizer que alcançou recurso suficiente para fazer grandes investimentos, sabendo que esses recursos que estavam sendo saqueados eram recursos que tinham a destinação da Previdência. No dia de ontem, eles publicaram a nova proposta de previdência complementar, que começa do zero. É a maior prova que acabaram com o pouco que tinha, porque já tinha recursos.

Agora reiniciam uma nova proposta, que é da previdência complementar. Essa proposta, naturalmente, para quem vai iniciar, é necessária e correta. Ocorre que um contingente de servidores que já estão em fim de carreira não tem mais tempo de contribuir além daquilo que já contribuíram. Também existia aquela fatia dos servidores e do contrato no sistema capitalizado. Esse sistema inaugurou com os servidores a partir de 2007, e foi capaz de proporcionar esse acúmulo próximo de 5 bilhões de reais.

A luta de vocês é difícil. Nós precisaríamos estar aqui com as outras categorias que remetem a mesma pauta de vocês. Neste instante, a unidade do servidor público tem papel fundamental na sensibilização e no convencimento do próprio governo.

É uma atitude deliberada, não há dúvida disso. O governo, nesse ano, entende que todo processo canaliza para o cenário eleitoral. Nós caminhamos para um ano eleitoral, um ano que tem um calendário previamente estabelecido. É bem verdade que o de vocês é matéria vencida, porque é matéria que já foi legislada. Portanto, não temos saída, a não ser isso que vocês hoje estão fazendo, e a Câmara abre suas portas.

A minha ida ontem à assembleia de vocês foi muito interessante. Alguns colegas cobraram o que a Câmara pode fazer. Essa é a pergunta. A Câmara tem a tarefa de dialogar com o governo. Esta é uma Casa mista de pessoas, de Parlamentares que apoiam o governo e Parlamentares que são oposição ao governo. Esta Casa tem procurado abrir brecha para o diálogo, e tem conseguido alguns resultados, como foi o caso do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e da Parcela Autônoma de Integração ao

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Sistema Único de Saúde – PASUS, mas são ainda muito tímidos diante do contingente que foi retirado dos servidores públicos.

Nós temos na pauta alguns projetos que interessam diretamente o segmento dos servidores públicos. Para isso, nós precisaremos manter essa mobilização. Entre eles há o debate desse pagamento, como também o debate de como vai ficar a situação dos recursos do Iprev. O governo fez inicialmente a colocação dos imóveis da Terracap e do GDF, como também das ações do BRB. Nesse sentido, é preciso aprofundar esse debate, até para ver como vai ser a recomposição dos recursos aplicados no Iprev que eles vão retirar, e que já estão retirando. Portanto, contem conosco. Fiz questão de estar presente.

Presentes aqui vários estudantes do Recanto das Emas, do Centro de Ensino Médio da 804. Quero aproveitar para cumprimentar alunos e professores que vieram a esta Casa, por entender que esta Casa é um espaço do diálogo, do aprofundamento e da compreensão das conquistas para todos nós aqui no Distrito Federal.

Continua a luta. Continuem com o nosso apoio. Ainda vamos vislumbrar essa grande vitória que é o reconhecimento de direito, o reconhecimento daquilo que foi pavimentado e aprovado nesta Casa. Caso contrário, o Tribunal de Justiça fica desmoralizado, porque confirmou a decisão, e esta Casa fica desmoralizada porque votou e não viu a lei ser cumprida. Não, inclusive, por iniciativa de nenhum Deputado, mas por iniciativa do próprio governo. Então, quem assume o governo, assume com ônus e com bônus, e foi o caso deste governo quando assumiu com essas duas tarefas.

Vamos à luta. O meu abraço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Esta Presidência quer novamente agradecer a presença dos alunos do Centro de Ensino Médio da 804, e lembrar que eles estão participando de um projeto, que é o projeto Conhecendo o Parlamento da nossa Escola do Legislativo. Nós trouxemos, no ano de 2017, mais de dez mil alunos, que participaram conosco.

Aqui, neste momento, nós transformamos uma sessão ordinária, que acontece sempre às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 15h, quando fazemos todas as deliberações, votamos; mas, hoje, especialmente, a pedido do Sindsasc, que é o sindicato da categoria dos servidores de assistência social, crianças, todos os servidores que lidam com a parte social aqui no Distrito Federal, nós transformamos a sessão ordinária numa comissão geral para debater essa situação de greve. Eles já estão em greve há 56 dias. Nós, então, estamos debatendo como é que a gente pode ajudar na mediação de uma solução com o Executivo.

Quero mais uma vez agradecer os alunos que estão presentes conosco, bem como a todo o pessoal da Escola do Legislativo que tem feito esse trabalho tão importante para falar sobre o Legislativo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Outra coisa importante é informar que as nossas audiências públicas – aquelas que os Deputados fazem a opção – desde terça-feira passada, são audiências públicas interativas. Ontem nós tivemos a primeira, à noite, solicitada pelo Deputado Raimundo Ribeiro, feita de forma interativa em que as pessoas podem participar; aqueles que quiserem. A próxima será na segunda-feira, à noite, no processo Câmara em Movimento.

Todo Deputado que quiser colocar a audiência pública por ele proposta em interatividade, a plataforma E-Democracia já permite, como também há uma ferramenta chamada *wikilegis* que permite que ele suba o projeto de lei para uma consulta popular, e toda a população, a sociedade civil pode emendar o projeto. Toda pessoa pode propor emenda ao projeto. Então, a população como um todo tem hoje uma ferramenta com a qual pode interagir. Com o consentimento do relator ou do autor do projeto, o projeto é colocado nesse ambiente e fica completamente liberado para a população fazer as suas sugestões. Essa ferramenta filtra tudo e passa para o relator e para o Deputado autor para assumir e colocar as sugestões.

Então, terça-feira, foi lançado o portal de dados abertos com o E-Democracia. A Câmara Legislativa é piloto para o Brasil, junto com Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Então, nós já estamos fazendo esse tipo de trabalho.

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Sra. Elizabeth Trindade Barbosa, assistente social do CRAS do Gama.

SRA. ELIZABETH TRINDADE BARBOSA – Boa tarde a todas e todos colegas, companheiros e companheiras. Na pessoa do Presidente, Deputado Joe Valle, eu saúdo a Mesa e todos os presentes.

A gente percebe uma grande evolução da assistência social nos últimos anos, desde 2002, quando o SUAS – Sistema Único de Assistência Social foi construído. Ele foi aprofundado em 2005 e, no ano de 2011, o Suas tornou-se lei, é uma lei importante para a nossa política de assistência social.

Eu sempre digo que eu amo a minha profissão e eu estou nela porque eu gosto, não é por causa de salário. Eu venho dos movimentos sociais. Então, a gente lida muito com questão social, com a população, mas, nos últimos anos, nós temos tido uma decepção com o nosso governo local, um governo que veio para mudar a situação, só que houve um retrocesso.

Nossas três principais opções, o que a gente está reivindicando, a gente não está em greve por acaso, não é porque a gente quer estar em greve; é porque realmente nós estamos reivindicando uma parcela que não nos foi paga, que foi prometida e não foi paga.

Outra coisa importante também, Deputado Joe Valle, o senhor que é o Presidente, demais Distritais e colegas, é que a gente está reivindicando esse concurso público há muitos anos. Inclusive o senhor foi o nosso secretário, e bem sabe que já estava bem evoluído, depois voltou atrás.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Então, para que nós possamos fazer uma política de assistência como as pessoas merecem, que é a nossa demanda, as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, é preciso que tenhamos mais servidores. A gente quer fazer um atendimento com a qualidade que o indivíduo merece. Eu acho que isso está sendo desrespeitado entre nós servidores e servidoras.

Então, a gente vem aqui buscar apoio.

Eu gostei muito da fala do último Distrital, o Deputado Wasny de Roure, que disse que precisamos dialogar, é o que nós não tivemos durante esses dias de greve. O governo não quis nos receber, o sindicato. Só uma audiência foi marcada dias atrás. Mas queremos pensar juntos em estratégias. E acho que nós somos parceiros do governo. Nós não queremos ser inimigos do governo.

Pensando que nós estamos lá na ponta, é importante dizer que essas demandas e reivindicações que fazemos junto com o sindicato dos servidores servem para que o governo possa caminhar e não retroceder. Então, é importante que vocês, que são os nossos representantes, possam se juntar a nós e dialogar de forma que possamos juntos pensar numa alternativa, junto com a secretária, junto com quem tem poder de decisão.

Eu gostaria muito de agradecer este momento porque esta aqui é a nossa casa também. Jovens que estão lá cima, acho que futuramente vocês vão estar aqui. Espero que possamos também ter essa abertura para o diálogo, para que haja compreensão e parceria, porque nós não queremos ser inimigos do governo; nós queremos ser parceiros lá na ponta, onde há várias situações em que se precisa de um benefício, um benefício atrasado, até uma cesta emergencial atrasada. A gente também sofre junto porque nós não estamos com a caneta para falar: "Envie a cesta. Envie os benefícios". Então, é isso que a gente está aqui reivindicando.

A gente agradece. Eu agradeço imensamente, como assistente social que está lá na ponta, conversando e dialogando com as famílias, por este espaço que nós estamos tendo aqui. Eu acho que seria bom usarmos mais vezes esse espaço.

Deputado Joe Valle, que o senhor possa também abrir outros espaços para que, junto com a sua equipe, outros sindicatos possam vir aqui falar. Eu agradeço imensamente e estamos juntos. Queremos ser parceiros e não inimigos de governo, mas que ele respeite os nossos direitos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Gostaria de chamar a Sra. Thelma Mello para fazer o uso da palavra pelo tempo de cinco minutos.

SRA. THELMA MELLO – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, Deputados.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Queria dizer que, na verdade, isto não é uma surpresa para a gente: essa falta de respeito com o servidor público, essa falta de respeito com a população que nós vivenciamos. Porque nós, hoje, neste País, vivemos um estado de exceção, vivemos uma situação de golpe, um golpe que se dá executando leis, leis que são colocadas como a PEC nº 95 – que é a PEC do teto –, a PEC que congelou os gastos em educação, em saúde. Quer dizer, você usa de uma artimanha para dizer “olha, a gente precisa resolver um problema fiscal, e, para tanto, eu vou congelar os gastos com saúde, com educação, com políticas públicas. Enquanto isso, ao mesmo tempo nós temos juízes recebendo altos auxílios, como o auxílio-moradia, o auxílio-creche, o auxílio-paletó. Nós temos o próprio Legislativo recebendo altos salários. A gente tem o próprio Executivo também. E isso é uma grande falácia.

Como colocou o colega aqui, isso é um projeto. É um projeto de uma elite brasileira. É um projeto também de ações que fogem ao nosso País para aprisionar a classe trabalhadora, para trazer a população pobre e os trabalhadores para a escravidão. É um projeto de escravização dos brasileiros. E isso tem um reflexo muito grave. O congelamento diretamente na nossa profissão e na nossa atuação, que é a de assistente social, é grave, porque nós não vamos ter repasse; não vamos ter recursos para atender a um contingente que, segundo o IBGE, vem crescendo.

Nesta semana, o IBGE registrou que 1 milhão de pessoas entraram em situação de miséria. Nós havíamos tirado 36 milhões de pessoas da miséria. E começou a voltar mais gente para a miséria, começou a entrar mais gente para a miséria. Eu me pergunto: quantas pessoas entraram não só na miséria, mas também na pobreza? Porque as pessoas não deixam de nascer, as pessoas não deixam de comer.

E o que nós estamos fazendo aqui hoje não é pedir nada. E não estamos aqui também para pedir uma promessa, porque o que nos foi dado não foi promessa, foi fruto de uma negociação que se tornou lei. Nós precisamos hoje da nossa parcela que já está atrasada há mais de três anos! É uma reivindicação justa! E não é só por dinheiro que estamos aqui, é por condições de trabalho. As nossas unidades estão sucateadas. Esse contingente de pessoas que entraram em situação de miséria vai bater onde Deputados? Vão bater exatamente nos CRAS, nos CREAS, nas unidades de assistência social, que estão sem pessoal, que estão sem estrutura! E o caos vai ser grande!

Essa austeridade fiscal, essa política de austeridade do Governo Federal, que é também implementada aqui pelo Governo Rollemberg, vai trazer um caos social. Vai criar, sim, um processo de desumanização das pessoas, e um processo de aniquilamento dos trabalhadores e da nossa política pública, porque o que eles querem é isso, é o desmonte da política pública, é o desmonte da assistência social, é o desmonte da saúde, é o desmonte da educação, para privatizar tudo. E já implementaram a reforma trabalhista! E as pessoas já não têm mais direitos trabalhistas. É um projeto vergonhoso de governo.

E nós, que estamos aqui hoje – nós, trabalhadores e trabalhadoras da assistência social –, não somos coniventes com ele. E vamos lutar, sim, para que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

tenhamos recursos. Vamos lutar, sim, para atendermos com qualidade à população mais pobre do Distrito Federal.

E hoje as pessoas pensam que há mais de cinquenta dias estamos de braços cruzados! Não! Há mais de cinquenta dias nós estamos discutindo, estamos dialogando com a população de Brasília. E há mais de cinquenta dias, Deputados, as crianças que dependem do serviço de convivência estão sem lanche, as famílias estão sem receber cesta básica, as pessoas estão sem acesso à assistência social.

E o Governo Rollemberg não está nem aí. O Governo Rollemberg, o seu secretariado, não tem a decência de atender a um pedido desta Casa Legislativa para se sentar aqui e se propor a negociar com os trabalhadores, negociar com a Câmara Legislativa, negociar simplesmente com a população de Brasília! O Governo Rollemberg desconsidera a população pobre de Brasília, desconsidera todos os trabalhadores das políticas públicas de Brasília! Mas nós estamos aqui na certeza de que a Câmara Legislativa vai fazer valer a sua posição, a sua postura de apoio aos trabalhadores, de apoio ao serviço público, e mediar essa negociação, para que a população não sofra mais e para que a gente tenha o devido respeito como trabalhadores e trabalhadoras da assistência social. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Thelma.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Eduardo Pitombo, por cinco minutos.

SR. EDUARDO PITOMBO – Boa tarde a todos os colegas. Sr Presidente da Câmara Legislativa, demais componentes da Mesa, caríssimo Clayton – falou tudo aqui –, vou falar pouco, mas vou ser direto.

Eu sou um servidor que vai completar 37 anos de serviço público, servidor do Distrito Federal. Já ocupei cargos de gestão em outros governos, e tenho batido na tecla: quando assumimos o problema, nós vamos buscar solução.

A solução não é negar. É como a gente faz em um trabalho científico. Vêm as hipóteses, as situações, e vamos investigar. Não é isso? E, investigando, a gente encontra uma situação. E a experiência nos mostra que a fatia da população que mais precisa de atenção está sendo prejudicada diante dos que cuidam dela, da atenção dos que cuidam dela.

Vejam: em 2009 ou em 2010, tivemos o último concurso público da nossa categoria, não foi isso? Em 2009. Eu estava também na mesa de negociação dos remanescentes para a Secretaria da Criança, e conseguimos aproveitar todos os colegas que estavam remanescentes, que queriam ser empossados.

E falta o quê? Só que tem uma realidade. Eu e meus colegas daquele tempo, contemporâneos, estamos todos nos aposentando até 2020. E não se faz uma projeção de como cuidar melhor dessa população, antevendo até a possibilidade de saída do efetivo. Vai deixar chegar ao ponto de menos de 30%? Que tipo de compromisso quer com a população pobre?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Ademais, a questão financeira – eu vejo aí – é um problema muito sério. A partir do momento em que não se tem dinheiro, em 2015, foi dito: “vamos fechar o caixa e não vamos fazer nada se pagar servidor público”. Espere aí! Mas foi previsto orçamento, então tem que se buscar o financeiro para isso. Só que não pode pagar tudo, então por que não se faz um plano caminhando gradativo para cada categoria? Ué! Não é possível! Estão aumentando impostos todo ano. A gente está vendo que estão aumentando. A gente percebe que existe uma inflação. Quer dizer, quanto mais pobre, mais sacrificado.

E agora nós precisamos de quê? De uma reposição, digamos, imediata, porque há mais de cinquenta dias estamos em greve. A gente vem tentando abrir canal, e a valorização que a gente tem é o contrário, é uma ameaça. Desculpe-me aqui o nosso Subsecretário, mas a gente pergunta: como é que vai ser valorizado o servidor público? Eu vi isso em promessa de campanha, a valorização do servidor público. Mas de que maneira?

Só pagando salário, mas mesmo assim defasado? Apertando a categoria para trabalhar com subcondições e fazendo remanejamentos *ex officio*? Quer dizer, você está tirando gente de locais onde precisam de gente, dificultando ainda mais o trabalho? Quer dizer, nós precisamos, sim, chegar ao entendimento de consertar esse problema, porque todos nós também temos famílias, todos nós também somos contribuintes e somos parte da população que precisa do serviço público.

Eu só peço que cheguemos a um consenso definitivo com a comunidade de que o governo está em dívida conosco.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Deputado Wasny de Roure e Deputado Chico Vigilante, a nossa Casa fez e vai ser distribuído para V.Exas. este trabalho, inclusive já está com o Juan – se não me engano, houve um probleminha, mas já está com ele –, as leis que nós aprovamos aqui, a partir do Executivo, desde 2015, que foram aumento de impostos, Iprev, alguns empréstimos no Banco do Brasil, somam um total de recursos novos, que não existiam no caixa do governo, da ordem de 8,9 bilhões de reais em três anos. São 8,9 bilhões de reais de recursos novos. Uma quantia extremamente razoável.

Esse é um trabalho feito pelo grupo de orçamento desta Casa e vamos ter a oportunidade de divulgá-lo para todos, mas eu somente estou adiantando para nossos Deputados e para vocês verem como é esse processo. É muito recurso, já que 8,9 bilhões é o orçamento de praticamente um ano do Estado inteiro do Piauí, para tudo. E a gente colocou recurso novo e que não existia no caixa do governo.

Concedo a palavra ao Sr. Edglay Avelino de Sousa.

SR. EDGLAY AVELINO DE SOUSA – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos que compõem a Mesa, boa tarde aos servidores, pessoal que está aí em cima, boa tarde aos Deputados, a todos os presentes; eu fico hoje pensando aonde ainda

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

vamos chegar, já que estamos hoje procurando esta Casa em apoio para cumprimento de lei.

Há algum tempo, não imaginávamos entrar em greve para cumprir lei. E o mais interessante é o seguinte: quando o Estado quer penalizar, aí ele invoca a lei no seu teor mais rígido possível. Ele é enfático. Quando ele quer afrontar a própria justiça, que determina a proibição de corte de ponto, ele manda rodar uma circular dizendo que vai cortar o ponto. E mais, ele vai lá e corta o adicional noturno dos servidores que procuraram cumprir o que a lei determina. Porque, Deputados, o adicional noturno cabe às unidades que são obrigadas a manterem os 30% em funcionamento. Por isso que esses servidores foram penalizados, porque eles cumpriram o que a lei determina.

Então, eu fico imaginando a que ponto nós vamos chegar ainda. Eu tive a oportunidade de estar presente em reunião com o Governador e eu o interroguei da seguinte forma: "Governador, na sua campanha, não somente o senhor, mas os outros candidatos, o senhor era bem claro e enfático em dizer que o problema do Distrito Federal não era falta de dinheiro, era gestão". E eu perguntei para ele: "Hoje, já no final do seu governo, qual é a resposta que o senhor tem? A sua gestão é ruim? É incompetência mesmo? "

A gente não está aqui, Deputados, para lutar por um reajuste. A gente está aqui por uma pauta de 14 itens e que, na maioria desses itens, estamos procurando defender o usuário que nós atendemos. Porque é essa pasta nossa que atende vocês todas as vezes que o Estado falha. Embora nos digam o seguinte: "Vocês são Estado. Vocês estão cumprindo, porque vocês são Estado". Mas o Estado falha, às vezes, na educação, o Estado falha na saúde. Quando um pai de família é atropelado ou acontece alguma coisa e vai parar no hospital de base, ou em qualquer outro hospital, e a família não tem mais condição de se manter, é a assistência que ele vai procurar; quando uma família tem um de seus membros preso por algum motivo, é a assistência que ele vai procurar. Então, somos nós que estamos presentes nas piores situações vividas pela população, quando ela está naquela situação crítica, é a assistência que está presente. Nós não estamos aqui brigando por um reajuste, sempre tenho dito que reajuste é lei, nós não estamos pedindo favor, nós estamos pedindo que o governo respeite a população, porque essa população não pode ser tratada da forma que vem sendo tratada há muitos anos!

Deputado Joe Valle, quando o senhor assumiu a nossa pasta, tive a oportunidade de conversar com o senhor, e o senhor desceu na nossa unidade. E, a exemplo dela, parece que a grande maioria das nossas unidades é feita para dizer o seguinte: "Olha, aqui é para cuidar do miserável. Então, a gente não precisa ter um atendimento bom, não, coloca qualquer coisa aí". Qualquer pessoa que chega na nossa unidade já entra em depressão, você olha a unidade e fala: "Gente, o que é isso?" Você, quando vem à Câmara Legislativa – e é muito bom chegar aqui –, olha o ambiente e diz: "Que beleza!" Por que a população mais carente não merece isso? Por que a população tem que chegar e ser atendida de forma indigna? (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Volto a dizer: o que nós estamos pedindo aqui é dignidade para a população que nós atendemos, nós não viemos a esta Casa pedir favor, o que nós queremos é que cada Parlamentar assuma o papel que disse lá que ia assumir quando pediu voto, quando foi eleito, que eles cumpram o papel deles e realmente defendam a população. Quando eles defendem a assistência pública, estão defendendo a população.

Obrigado, pessoal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Só queria relatar que esta sessão de hoje, conforme acordado no Colégio de Líderes, seria uma sessão ordinária, estaríamos com todos os Deputados aqui defendendo vários assuntos, mas estamos aqui defendendo essa pauta, esse trabalho de vocês. Então, acho que isso é uma demonstração clara da importância que esta Casa dá a todos vocês.

Eu também tive a oportunidade de me apaixonar pela área em que vocês trabalham, fui a todos as unidades e fiz um esforço tremendo para arrumar recursos mínimos para que o cidadão, ao sair de uma unidade nossa ou entrar em uma delas, se é que vocês me permitem, se sentisse respeitado minimamente. E assim nós buscamos recursos para que fosse estartado um processo de reforma para que déssemos uma mínima condição não só ao cidadão que vai lá, mas também ao servidor, que tem condições desumanas de trabalho com calor, com aperto.

Eu visitei todos vocês, visitei todas as áreas, vi isso. Logicamente, quando percebemos que esse atendimento não vai acontecer, precisamos fazer alguma coisa. O que eu fiz foi dizer que, se não acontecesse, eu não poderia ficar. Como não aconteceu, tomei a atitude de não ficar mais. Agora estou aqui para tentar ajudar de outro lado, em outro espaço, e estou tentando fazer toda a parte que nos compete.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para fazer as suas considerações.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, primeiro quero avisar a vocês que a Rute e a Francisca, que são as nossas copeiras, prepararam um cafezinho, está quentinho ali no canto. Quem gostar pode se servir, o café está à disposição, acabaram de colocá-lo ali. Seguindo orientação do Deputado Joe Valle, a gente tem que tratar bem as pessoas que visitam esta Casa. Eu sou do interior do Maranhão e lá, quando alguém chega na casa da gente, a gente oferece pelo menos um cafezinho.

Estava verificando, Deputado Joe Valle, que, na primeira intervenção aqui, o companheiro falou de um projeto. Realmente existe um projeto neste País, que se consolidou com o golpe parlamentar, com o apoio do Judiciário, aplicado em 2016, que afastou a Presidenta Dilma, e os efeitos desse golpe a gente está vendo agora, são os mais perversos. Estava vendo em uma notícia do dia de ontem que só na grande São Paulo, não estamos falando do Brasil, estamos falando da região mais rica do Brasil, que são os municípios industriais que compõem a grande São Paulo, setecentas

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

mil famílias voltaram para a extrema pobreza. Na grande São Paulo, região mais rica do Brasil, aumentou em 31% a extrema pobreza naquele Estado, só naquela região. E mais, eu vejo outra notícia hoje, que 1 milhão e 500 mil famílias voltaram a cozinhar com lenha ou com carvão porque não dão conta de comprar gás. Tudo isso desemboca no atendimento de vocês.

Quantas pessoas chegam nos postos onde vocês trabalham, dizendo que não têm o gás em casa para cozinhar o feijão – quando têm o feijão – ou dizendo que não têm o feijão e não têm a água para cozinhar o feijão? Eu assisti a isso todos os dias e, aí, você se sente impotente, no sentido de dar vazão a esse tipo de problema. E aí há uma questão que é clara, há governantes que optaram por esse projeto, gente que, no passado, se dizia da esquerda, que caminharam junto conosco, em que boa parte dos que estão aqui, em algum momento, votaram porque acreditaram nas conversas e que, de repente, viu esse projeto e optou por ele, que é o projeto do Estado mínimo. E o Estado mínimo é isso, só interessa a uma elite, porque o Estado mínimo não é para atender às pessoas necessitadas. O Estado mínimo é para atender 30% da população brasileira, e, logo, quem vocês atendem está de fora, e vocês também que atendem estão de fora.

Qual é a nossa grande batalha para a qual precisamos contar com o apoio de vocês? É trazer de volta o pobre para o orçamento no Brasil.

Para implementar isso que eles querem, o Estado vai ter que ser cada vez mais repressivo. Eu estava vendo uma imagem aqui agora e que, certamente, vai correr o mundo, que é uma vergonha para todos nós. Um grupo de 50 estudantes foram hoje à porta do MEC, pedindo para que o MEC socorra a Universidade de Brasília, que está correndo o risco de fechar. Foram 50 estudantes. O que a Polícia Militar do Distrito Federal, que teoricamente é chefiada pelo Governador do Distrito Federal, fez? Jogou a cavalaria em cima desses estudantes. As imagens, Deputado Joe Valle, são estarembaralhadas e envergonham esta Casa, envergonham este País e envergonham a nós brasileiros. Parece aquele filme americano da cavalaria correndo atrás dos índios. Não deixa nada a dever. Estudantes em desembalada carreira e os cavalos em cima. Portanto, hoje é o Estado policialesco brasileiro e que, infelizmente, o Governador Rollemberg entrou nessa, acha normal isso e acha que não governa se não for assim.

Eu estava hoje, juntamente com o Deputado Joe Valle, na sanção de um projeto de que nós participamos, de que esta Casa participou, que é o Código de Obras do Distrito Federal, e o discurso feito pelo Governador... É uma pena que vocês não estavam lá para assistir, porque a imagem que ele pintou do Distrito Federal não é esta de que não tem dinheiro. Não é, Deputado Joe Valle? A imagem que ele pintou do Distrito Federal é mais positiva que a da Suíça, que é um estado onde não há miséria, não há desemprego, não há falta de atendimento, a segurança é a melhor do mundo e a assistência social está a coisa mais maravilhosa.

Até na hora em que a gente saiu eu comentei com o Deputado Joe Valle: "eu acho que ele entrou dentro de uma bolha e criou um mundo em que só ele acredita, é um mundo dele, um mundo à parte, um mundo de fantasia em que ele acredita na

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

fantasia”. Isso é grave porque, à medida em que acredita na fantasia, não vem para o mundo real, e quem não acredita na fantasia faz o que o Deputado Joe Valle fez, que é cair fora. Fez muito bem ter caído fora para não se contaminar.

Portanto, nós – que podemos pouco, mas podemos alguma coisa –, o que temos feito aqui, Deputado Joe Valle, é o tempo todo tentar socorrer as categorias, socorrer as cidades e socorrer as pessoas. Para o governo que, na maioria das vezes, é insensível. Quando precisa da Câmara, ele vem todo... Não é? Acho que vem com um comportamento mais humilde do que o das pessoas quando procuram vocês para serem atendidas. E depois, quando é atendido, vira a pessoa mais arrogante, mais prepotente; que escolheu os servidores públicos como inimigos, que acha que salário de servidor... E ele disse isso hoje, que acha que o grande problema são os servidores do Distrito Federal.

Eu tenho uma tese que tem que ser o que tem que prevalecer: servidor não é problema. Investimento no Estado não é só salário de servidor. Diz que gastava 80%, porque, se não tiver os médicos, quem vai atender a população? Se não tiver os assistentes sociais, quem vai atender? Se não tiver o atendente, quem vai atender?

Portanto, para mim é um conjunto de serviço público que tem que ser prestado a quem paga imposto. Não é gasto, é investimento. Fazer com que as pessoas tenham bem-estar não é gasto, é investimento.

Portanto, Deputado Joe Valle, como eles não quiseram vir hoje – e não vieram porque não quiseram, fizeram de livre e espontânea... não foi pressão, foi um fato deliberado –, nós vamos chamá-los para a próxima quinta-feira, às 15 horas. Vamos convocá-los, e aí V.Exa. vai expedir a convocação para trazê-los aqui.

Espero que eles tenham visto as imagens pela *TV Web*, que está transmitindo ao vivo, e o subsecretário também vai levar a informação de que vocês não mordem, de que vocês não dão patada; de que vocês estão mais preocupados com o atendimento do que eles que não vieram. Muito mais preocupados do que eles que não vieram. (Palmas.)

Portanto, fazer com que eles venham. E até lá, Deputado Joe Valle, nós vamos trabalhar para que eles venham com algum tipo de proposta. Se não pode pagar o reajuste, prove com dados porque não pode. Mas vocês não estão brigando só por reajuste, porque seria muito pequeno fazer uma greve por causa de 5%, que está na lei e um dia vão ter que pagar. Na verdade, o que ele está fazendo é adiando o problema para outro, porque vocês vão receber. E ele disse – e esse foi o grande debate que a gente travou com ele –, ele dizia o tempo todo: “Dinheiro tem, falta gestão”. Esse foi o discurso de campanha. O que eu digo: dinheiro continua tendo, e agora tem incompetência e irresponsabilidade. É o que tem hoje. Dinheiro tem, e tem muito.

Portanto, vamos convocar para quinta-feira, aqui, neste mesmo lugar. E vocês já estão convidados a comparecerem novamente. Nós vamos fazer com que eles venham.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

É triste, também, um país em que o Tribunal de Justiça, que fica aqui ao nosso lado, atestou que as leis eram inconstitucionais, entretanto não faz com que as leis sejam cumpridas. Porque, se fosse qualquer um de nós aqui, eu, você, qualquer um que estivesse desobedecendo as leis, ele já teria procurado o Tribunal e o Tribunal já teria nos obrigado a cumprir. Agora, o Tribunal diz: a Câmara Legislativa fez um ato legal, era um projeto do Executivo...

E eu sempre digo que quando você ganha uma eleição – desculpem-me pela comparação que vou fazer –, é igual a quando você casa com uma viúva. Se você casou com uma viúva que tinha filhos, você tem que receber de bom grado a viúva e os filhos. Portanto, se ele quis casar com o GDF, tem obrigação de herdar e cuidar dos filhos do GDF, que são vocês. (Palmas.) Tem leis que têm que ser protegidas, tem leis que foram ditas que eram constitucionais e que, portanto, ele as tem que cumprir.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Quero acatar a sugestão do Deputado Chico Vigilante e tornar isso uma realidade dentro do processo de mediação que a Câmara tem para fazer e está fazendo.

Indago ao Deputado Wasny de Roure se S.Exa. quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Passo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu me sinto bastante contemplado. O Deputado Chico Vigilante propôs o encaminhamento com o qual eu quero concordar, transformar a nossa próxima quinta-feira numa convocação e trabalhar, nesse período, na perspectiva de uma proposta, enfim, a ser apresentada, a ser dialogada.

O que eu apenas acrescentaria, apesar de que não é este debate a razão de ser deste encontro, é que esse projeto, mesmo, que ele sancionou foi um projeto reconstruído nesta Casa e que sofreu substancial mudança, porque a proposta apresentada não tinha a menor condição de ser debatida ou votada nesta Casa. E esta Casa tem feito sucessivos substitutivos. O último foi aquele da Escs, em que o governo trouxe uma proposta que teve de ser reformulada.

Então, ele realmente não tem essa capacidade, não tem essa humildade de admitir que o governo dele não tem tido condições de apresentar soluções para a envergadura dos problemas que a cidade vive. Ele faz propaganda em um cenário que ninguém consegue vislumbrar. Mas, enfim, é o governo que nós temos aqui no Distrito Federal.

Eu concordo plenamente com a proposta de transformar em uma convocação e realizar isso na próxima quinta-feira, para não perdermos o compromisso de desdobramento dessa greve, para ela vislumbrar um final com o equacionamento que esperamos alcançar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Bernardo de Castro.

SR. BERNARDO DE CASTRO – Sr. Presidente, primeiro, eu queria deixar claro que, antes de começar a greve, a atual gestão com a secretária Ilda chamou o sindicato e o que a Thelma nos apresentou aqui é que o diálogo sempre esteve aberto, a gente está disposto a conversar e achar os interesses do servidor como um todo. A todo tempo, a gente deixou o contato com o presidente do sindicato e a sala sempre aberta para atender não só ao presidente do sindicato, mas a todos os servidores. A gente nunca negou nenhum tipo de acesso, em qualquer tipo de situação.

Eu vou passar para a secretária as mensagens que aqui foram postas. Gostei mesmo do discurso aqui do Edgley, que fala na questão da dignidade, que foi o que falamos com ele, a nossa preocupação, a nossa ativação. A gente está preocupado com as unidades, com o servidor, com a clientela.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. BERNARDO DE CASTRO – Isso. A gente está sabendo e intervindo em todas as unidades assim que é demandado para nós.

Agradeço a todos e, na quinta-feira, terá a convocação dos demais, que podem atender às outras demandas aqui.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Clayton Avelar.

SR. CLAYTON AVELAR – Agradeço a oportunidade que foi dada aqui pela Casa. Concordo plenamente, acho que todos nós achamos que a providência a ser tomada é esta, mesmo: convocar a Governança, a Procuradoria, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Seplag e a Casa Civil, para que eles expliquem por que, estando o GDF em situação financeira tão favorável como está agora, ao contrário do que estava em 2015, em 2016, ele se recusa taxativamente a apresentar uma proposta que possa colocar um fim à greve.

Ao Subsecretário Bernardo, eu peço que comunique à secretária. Nós já falamos isso a ela pessoalmente, mas acho que não custa nada reiterar que não vamos deixar a greve se não houver, por parte do GDF, uma proposta quanto à pauta financeira. Nós já temos essa posição definida por consenso no comando de greve e essa posição tem sido confirmada pelas assembleias.

Ressalto que as nossas assembleias ultimamente têm sido não só sindicais, elas têm sido assembleias sindicais e populares e em todas nós temos tido a presença de usuários e usuárias da assistência social. Inclusive, eles têm tido voz na nossa assembleia. Nós estamos com a prática de dar vez e voz àqueles que nunca tiveram.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Alguns até são de movimentos sociais organizados. Então, esses, por sua própria força, acabam tendo a sua vez e a sua voz, mas a grande parte da população que atendemos não se encontra nessa condição.

Eu não poderia deixar de falar, já que foi mencionado aqui pelo Marcos e pelo Deputado Chico Vigilante, da nossa absoluta e integral solidariedade à comunidade universitária da Universidade de Brasília. Peço licença para falar não só como presidente do sindicato, mas também como pai, porque minha filha estava hoje lá na manifestação e eu fiquei o dia todo aqui, dividido entre acompanhar a greve e acompanhá-la lá. Ela foi me mandando os vídeos e as fotos, que vou usar para fazer a divulgação dessa barbaridade que, pela segunda vez, a Polícia Militar do Distrito Federal cometeu.

Eu tenho, lá na minha casa, um cartucho de bomba que foi atirado naquela manifestação do ano passado. Eu estava em cima do carro de som, um trio elétrico gigante desses que toca no carnaval da Bahia, e um cartucho de bomba foi em cima da gente. Eu o levei como lembrança das muitas lutas que travamos. Uma das causas daquela luta, nós estamos vendo o efeito agora, na Universidade de Brasília, que foi a EC nº 95, a que a Thelma se referiu. Congelamento de gasto público por até vinte anos!

A Universidade de Brasília está à beira de fechar as portas, e o que isso tem a ver conosco? Eu vou dizer: quinhentos terceirizados estão prestes a ser demitidos. Muitos deles são trabalhadores e trabalhadoras lá da parte de limpeza, outros de vigilância e, se isso se concretizar, se essas quinhentas pessoas forem realmente demitidas, quando acabar o seguro-desemprego delas e elas não conseguirem uma nova colocação no mercado de trabalho, em qual porta vão bater? Na nossa porta! Então, estamos irmanados com eles, com 100% de solidariedade com a comunidade universitária e 100% de repúdio à atuação antidemocrática, para dizer o mínimo, da Polícia Militar do Distrito Federal, que tem se habituado a fazer isso.

E o que eu estou falando aqui não é só retórica. Nós, do sindicato escrevemos isso. Isso que estou falando foi escrito e protocolado lá na Secretaria de Segurança Pública. É uma postura antidemocrática, uma afronta à Constituição brasileira a Polícia Militar impedir que se faça manifestação na Esplanada dos Ministérios. Então, também por isso nós lutamos. O Deputado Joe Valle propõe aqui à Câmara que investigue o que aconteceu hoje e o que tem acontecido com essa condução da Polícia Militar.

No mais, obrigado, pessoal. Acho que está claro que a nossa presença aqui hoje foi bastante vitoriosa. Agradeço a presença dos Deputados Chico Vigilante, Wasny de Roure e Joe Valle, que conduziu esta reunião. Na próxima quinta-feira, estaremos em número muito maior. Não conseguimos mobilizar mais gente do que mobilizamos hoje porque a confirmação desta comissão geral se deu ontem, no final da manhã, e tínhamos reunião do comando. Havia um monte de coisas para encaminhar e acabou que não conseguimos fazer a mobilização necessária.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 04 2018	15h	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Na próxima quinta, estaremos em número muito maior, até porque há uma feliz coincidência e louvo a proposta da Mesa: o comando de greve agendou para a próxima quinta-feira uma assembleia. Então, parece-me que agora está definido onde iremos fazer essa assembleia. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Clayton.

Só lembrando, Deputado Chico Vigilante, Estado é serviço à população. Serviço é gente. Não é máquina que presta serviço, é gente! Gente infeliz não presta bom serviço. Então, essa é uma clareza que o governo tem de ter. Infelizmente, ele voltou a afirmar, hoje pela manhã, Deputado Wasny de Roure, no Sinduscon, no discurso dele, que a responsabilidade por todo esse processo do não-investimento era em função desses servidores que tinham oitenta e poucos por cento do orçamento que era gasto. É impressionante! É impressionante esse raciocínio do século XIX, na Capital da República, maravilhosa, a maior realização dos brasileiros no século XXI, por um governante que entrou com a proposta de cuidar das pessoas. Então, isso para mim é uma coisa muito grave. Está certo? Cuidar das pessoas no sentido do humanismo, do socialismo, da questão progressista, mostrando exatamente o contrário.

Quero aqui me comprometer para que consigamos fazer uma comissão geral efetiva na próxima semana, Deputado Wasny de Roure, Deputado Chico Vigilante. Colocaremos isso no Colégio de Líderes, entendendo que temos um feriado na terça-feira; então, teremos de fazer, realmente, um esforço para que consigamos fazer essa gestão junto ao governo para termos uma proposta. Faremos a convocação na quarta-feira para que todos compareçam.

Agradeço as presenças de todos vocês: cidadãos, cidadãs, servidores, especialmente dos Parlamentares que estão presentes e dos que participaram para que consigamos efetividade para darmos tranquilidade para vocês e, por consequência, para toda a população do Distrito Federal.

Muito agradecido. Um grande abraço.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 17h.)